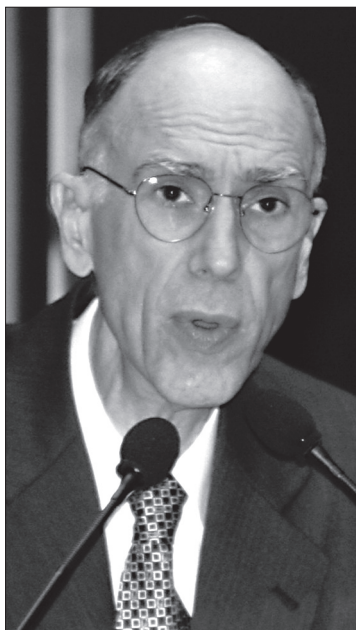


## Conselhos de Ética decidem futuro de 72 parlamentares

PÁGINAS 6 E 7

J. FREITAS



Marco Maciel

Senadores voltam a discutir a reforma política

PÁGINA 8

Começa terça a campanha política no rádio e na TV

PÁGINA 2



Eleição chega ao rádio e à TV

### GRILAGEM

## Negócio bilionário ameaça a Amazônia

PÁGINA 3



MARCELLO CASAL JR./ABF

Durante operação da Polícia Federal em terra dos índios caiapós, no Pará, trabalhador rural é detido por desmatamento ilegal

### Polêmica cerca lei de cotas em universidade

Tramitam no Congresso diversas propostas sobre a adoção de cotas raciais ou sociais para vagas em universidades federais, mas a questão dificilmente será definida este ano. O tema divide especialistas: os que são a favor consideram as cotas como medida urgente para atacar as desigualdades no país, mas os contrários alegam que a reserva de vagas fere princípio constitucional.

PÁGINAS 4 E 5

### cidadania

## Denuncie problemas de transporte e segurança

Rodovias esburacadas, desrespeito às leis de trânsito, problemas com empresas aéreas e irregularidades em embarcações são algumas das muitas situações que devem ser denunciadas aos órgãos fiscalizadores. O *Especial Cidadania* desta edição informa onde fazer denúncias e reclamar de problemas de transporte e segurança.



JORGE WOLL/SETR-PR

Desrespeito às leis de trânsito é uma das principais causas de acidentes no país

PÁGINA 12

### e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 9
FRASES	Página 9
VOZ DO LEITOR	Página 9
ACONTECEU NO SENADO	Página 11

Impresso Especial  
5362005/DR/BSB  
SENADO FEDERAL



DEVOLUÇÃO GARANTIDA

CORREIOS

CORREIOS



## Presidência

# Primeiro-ministro de Portugal visita Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu, na quarta-feira, o primeiro-ministro de Portugal, José Sócrates, em sua primeira visita oficial ao Brasil, a convite do presidente Lula. Na ocasião, José Sócrates anunciou planos de mudanças na política de imigração vigente em Portugal.

Presente à solenidade, o embaixador brasileiro em Portugal, Paes de Andrade, pediu que o primeiro-ministro requiera urgência ao Parlamento português para a aprovação dessa proposta. José Sócrates disse que, em razão do envelhecimento da população europeia, aquele país precisa de imigrantes jovens para fazer o serviço que os idosos não podem mais fazer.



José Sócrates, em audiência com Renan, anuncia que Portugal deve flexibilizar regras de imigração para receber mais jovens

Na opinião de Renan, esse foi um encontro histórico, destinado a intensificar o diálogo entre os dois países, em temas de interesse bilateral e multilateral. De acordo com o presidente do Senado, a intensificação desses laços de amizade tem-

se refletido no crescimento das exportações. Participaram da audiência Roberto Saturnino (PT-RJ) – presidente da Comissão de Relações Exteriores –, Valdir Raupp (PMDB-RO), Ideli Salvatti (PT-SC) e Leomar Quintanilha (PCdoB-TO).

## País deve fortalecer partidos, diz presidente do Senado

Ao presidir a cerimônia de lançamento do livro *Reforma Política no Brasil*, na última quarta-feira, Renan Calheiros afirmou que, sem uma representação fundada no partido político, o Brasil corre o risco de ver seu processo decisório intermediado por instâncias dissociadas dos interesses da sociedade. A obra foi publicada pelo

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Renan afirmou que, em sua opinião, parte do desencanto do brasileiro com a política decorre justamente dessa sensação de que “o mundo político é algo inteiramente estranho às suas questões”. Daí por que, segundo o presidente do Senado, “o país deve avançar na reforma, prestigiando a figura do partido,



Representante do Pnud no Brasil, Kim Bolduc (D), ao lado de Leonardo Avritzer

fortalecendo a representação e inibindo personalismos”.

Para Kim Bolduc, representante do Pnud no Brasil, a obra – organizada por Leonardo Avritzer e Fátima Anastásia – é uma contribuição à democracia, ao desenvolvimento socioeconômico e ao combate à pobreza na América Latina. O livro reúne artigos de diversos estudiosos que analisam o sistema político vigente no Brasil e em outros países sul-americanos.

## Livro discute reforma política

O livro *Reforma Política no Brasil* pretende ser uma contribuição do Pnud para a discussão sobre as possibilidades de aperfeiçoamento da democracia no Brasil e na América Latina. Um dos organizadores da obra, o cientista político Leonardo Avritzer, defende a tese de que o sistema gerado pela Constituição de 1988, no Brasil, é híbrido e combina formas de representação e de participação política.

**CRISE** - “A reforma política que temos de fazer no Brasil, vamos fazê-la com o Parlamento.” A afirmação foi feita por Renan Calheiros, logo depois do lançamento da obra. Para ele, as recentes denúncias de envolvimento de parlamentares em corrupção não configuram conturbação constitucional, mas uma crise política, e “é importante que as instituições dêem as respostas cobradas pela sociedade”.

## Renan participa da cerimônia de posse de ministra do STJ

Ao lado do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Raphael de Barros Monteiro Filho, Renan participou na quarta-feira da solenidade de posse da nova ministra do STJ, Maria Thereza de Assis Moura, a quinta mulher a se tornar ministra na história do tribunal. Maria Thereza foi empossada em substituição a José Arnaldo da Fonseca.

## Eleições 2006

## Horário eleitoral gratuito começa nesta terça-feira



A propaganda eleitoral foi liberada a partir do dia 7 de julho, mas o horário eleitoral gratuito no rádio e na TV só começa nesta terça-feira, 15 de agosto, e vai tentar, por 45 dias, informar e convencer os eleitores na escolha de seus candidatos. A propaganda no rádio e na TV vai até o dia 28 de setembro, ou seja, dois dias antes do primeiro turno, marcado para 1º de outubro.

Serão dois blocos de 50 minutos por dia. No rádio, a propaganda eleitoral começa às 7h e às 12h. Na televisão, às 13h e às 20h30. Onde houver segundo turno, o horário eleitoral será retomado até o dia 16 de outubro e vai até o dia 27 de outubro, já que a votação está marcada para o dia 29 de outubro. Só que, no segundo turno, a duração do programa será de 20 minutos.

### Propaganda para presidente vai ao ar três vezes por semana

A Lei Eleitoral (9.504/97) determina que a propaganda para os diferentes cargos em disputa seja transmitida em dias diferentes. No caso da disputa pela Presidência da República, a propaganda vai ao ar em blocos de 25 minutos às terças, quintas e sábados, abrindo os programas desses dias nos horários definidos no rádio e na TV. A metade restante desses programas será ocupada pelos candidatos a deputado federal.

Nos demais dias (segundas, quartas e sextas), o horário eleitoral no rádio e na TV será dividido pelos candidatos a governador, a deputado estadual (e distrital) e a senador, nessa ordem. Os primeiros ficam com 20 minutos do programa, o mesmo tempo destinado aos candidatos aos legislativos estaduais e do Distrito Federal. Os que disputam uma vaga no Senado ficam

com os dez minutos finais dos programas.

Os candidatos à Presidência ainda têm direito a seis minutos de inserções distribuídas ao longo da programação, inclusive aos domingos. Cada tipo de cargo em disputa (governador, senador, deputado federal e deputado estadual) também terá seis minutos diários. As inserções podem ter até 60 segundos de duração e podem ser divididas em módulos de 30 ou 15 segundos.

### Programas seguirão mesmas regras de 2002

Apesar da tentativa da minireforma eleitoral (Projeto de Lei do Senado 275/05) de diminuir os custos de produção dos programas eleitorais, valem para as eleições de outubro as mesmas regras das eleições de 2002. De acordo com o artigo 54 da Lei Eleitoral, “poderá participar, em apoio aos candidatos, qualquer cidadão não filiado a outra agremiação partidária ou a partido integrante de outra coligação, sendo vedada a participação de qualquer pessoa mediante remuneração”.

Ou seja, as únicas proibições em vigor são: induzir a população a acreditar que determinada pesquisa ou enquête favorece o candidato, usar truques ou montagens que ridicularizem outro candidato ou partido e caluniar, difamar ou injuriar qualquer pessoa, órgão ou entidade que exerça autoridade pública.

O partido que contrariar qualquer dessas restrições fica sujeito à perda do tempo de programa, equivalente ao dobro do usado contrariamente às regras. A pena é dobrada a cada reincidência. Quando houver punição, entra na tela a informação de que a transmissão do programa foi impedida por decisão da Justiça Eleitoral.

### Ordem em que os programas dos candidatos à Presidência entram no ar e respectivo tempo de duração por bloco diário no horário eleitoral gratuito a partir de 15 de agosto.

- **Heloísa Helena** (PSOL/Coligação Frente de Esquerda) - 1 minuto e 3 segundos;
- **José Maria Eymael** (PSDC) - 1 minuto e 6 segundos;
- **Geraldo Alckmin** (PSDB/Coligação Por um Brasil Decente) - 10 minutos e 13 segundos;
- **Rui Costa Pimenta** (PCO) - 1 minuto e 3 segundos;
- **Cristovam Buarque** (PDT) - 2 minutos e 15 segundos;
- **Luciano Bivar** (PSL) - 1 minuto e 6 segundos;
- **Luiz Inácio Lula da Silva** (PT/Coligação A Força do Povo) - 7 minutos e 12 segundos;
- **Ana Maria Teixeira Rangel** (PRP) - 1 minuto e 3 segundos.

A coluna *Eleições 2006* será veiculada às segundas-feiras pelo *Jornal do Senado* durante o período de campanha eleitoral para esclarecer dúvidas frequentes dos cidadãos relacionadas ao tema.

## Comissões

## TERÇA-FEIRA

### 11h – CPI DOS SANGUESSUGAS

**Cronograma** – Depois da aprovação do relatório parcial responsabilizando 72

parlamentares, senadores e deputados da comissão se reúnem para decidir como investigar a participação do Poder Executivo – ministros, prefeitos e funcionários dos ministérios e de prefeituras – no

esquema de compra superfaturada de ambulâncias com emendas parlamentares. A idéia é definir ainda o calendário dos trabalhos até dezembro, prazo final dos trabalhos da comissão.

## Plenário

## SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

SEXTA-FEIRA  
10h - Sessão especial

**Maçonaria** - O Plenário faz homenagem à maçonaria brasileira em função da passagem do Dia do Maçom. O requerimento da sessão é de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).



AMAZÔNIA Desde 2004, 46 mil cadastros de imóveis não foram efetivados por suspeitas de ocupação ilegal da terra

# Grilagem lidera as ameaças à região



Os problemas enfrentados pela Amazônia Legal são tão grandiosos quanto os seus 508 milhões

de hectares. As constantes denúncias de usurpação de terras públicas da União e dos estados, mediante falsas escrituras de propriedade, as chamadas grilagens, preocupam pelas consequências que as acompanham: a exploração ilegal de madeira, o desmatamento e a biopirataria. Além do trabalho escravo e da destruição de reservas indígenas, desdobramentos que serão abordados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), desde 2004, quando foi editada a Portaria 10 para normatizar a ocupação de áreas públicas federais da região, 46,7 mil cadastros de imóveis correspondentes a 21 milhões de hectares (4,13% da Amazônia Legal) foram inibidos – impossibilitados de receber qualquer documentação –, quase todos fruto de grilagem. Em ação conjunta com o Ministério do Meio Ambiente, o Incra já conseguiu regularizar 11,8 milhões desses hectares, destinando-os a quem de direito.

As tentativas de loteamento da Amazônia são ousadas. O estudo “Grilagem de terras na Amazônia: negócio bilionário ameaça a floresta e populações tradicionais”, feito pelo Greenpeace, mostra que sete corretoras virtuais oferecem 11 milhões de hectares de floresta nos estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, por um valor total de mais de R\$ 900 milhões.

Esses e outros problemas foram apontados pela CPI da Amazônia,

realizada em 2000, na Câmara dos Deputados, e pela CPI Mista da Terra, finalizada no ano passado, que mostraram a forte ação dos grileiros.

## Estrangeiros na briga por terras

Além da ação ilegal de brasileiros na região, autoridades e organizações não-governamentais também se preocupam com estrangeiros que anunciam, aos quatro cantos, que já possuem seus hectares na região.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) pediu à Polícia Federal que investigue o empresário chinês Lu Weiguang, que, em entrevista a *O Globo*, afirmou ter comprado, em 2004, 1.000 km<sup>2</sup> da floresta amazônica em uma reserva indígena.

Ele teria dito que tem “muito orgulho desse empreendimento porque a Amazônia não é apenas um tesouro dos brasileiros, mas um tesouro do mundo inteiro”.

Por várias vezes, Arthur Virgílio (PSDB-AM) referiu-se em Plenário ao “magnata sueco” Johan Eliasch, que segundo o senador “está disposto a comprar terras e mais terras na Amazônia”.

– Eliasch já comprou 160 mil hectares da floresta amazônica, compreendendo duas fazendas, uma em Manicoré e outra em Itacoatiara, ambas no meu estado – declarou o senador em abril.

O também senador amazonense Jefferson Péres (PDT) disse não embarcar “na paranóia de uma conspiração de países ricos para nos tomar a Amazônia”.

– Mas compartilho da preocupação quanto à alienação de uma considerável parte do nosso território na região – ressaltou.



Polícia Federal em ação em área da Amazônia: desmatamento e biopirataria entre as ameaças

## Lei de Florestas Públicas ainda divide opiniões

Em vigor desde março deste ano, a Lei de Florestas Públicas ainda divide opiniões sobre sua eficácia. Para alguns, a legislação permitirá minimizar a expansão da grilagem e suas consequências. Para outros, no entanto, áreas privilegiadas da floresta – que ainda conservam biodiversidade intacta – poderão ser postas em risco.

A lei regulamenta o uso sustentável de florestas públicas no Brasil, definindo três formas de gestão: a criação de unidades de conservação que permitem a produção florestal; a destinação para uso comunitário como assentamentos, reservas extrativistas e áreas quilombolas; e as concessões florestais pagas, com base em processo de licitação pública.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) considera “um escândalo” a China ser o maior exportador de móveis de madeira para os Estados Unidos, tendo boa parte da matéria-prima importada de “forma legal ou ilegal” da Amazônia brasileira.

Para o senador, a lei “abre largas portas para um loteamento da floresta amazônica, a ser aproveitado por empresas nacionais ou estrangeiras”. Lobão questiona se será possível impor algum controle eficaz, já que hoje “os órgãos brasileiros de fiscalização não conseguiriam impedir a devastação e a exportação ilegal de madeira”.

Para o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), com a lei “as florestas serão alugadas para grandes conglomerados internacionais”.

Já para o senador Tião Viana (PT-AC), a lei deverá acabar com o maior problema atual da região: a grilagem de terra.

– Precisamos ter o marco legal, o zoneamento, a definição de uso e defesa das potencialidades econômicas da Amazônia – explicou.

Para o pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da

Amazônia (Imazon), Adalberto Veríssimo, a grilagem será solucionada com a Lei de Florestas Públicas, com o recadastramento de títulos de terras feito pelos órgãos governamentais e com a criação das unidades de conservação.

– Há uma série de medidas tomadas no governo anterior e no atual que tornaram mais rígido o cadastro de terras na região. Quem faz grilagem sabe que agora irá perder dinheiro – afirmou.

José Batista Afonso, membro da Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), acredita que a lei terá efeito negativo, principalmente pela ineficiente fiscalização na Amazônia. “Alguns coisa é feita pelo Incra e pelo Ibama, mas não o suficiente para coibir a extração ilegal de madeira, a implantação de grandes fazendas, o trabalho escravo imposto pelos grileiros – alertou Afonso.

## Procuradores impedem que União indenize grileiros

No Pará, um dos estados mais prejudicados pela grilagem, o Ministério Público Federal está à caça das grandes áreas adquiridas de maneira ilegal. Recentemente, os procuradores da República conseguiram impedir que o governo indenizasse a empresa Incextil, que pertenceria ao grupo C. R. Almeida, pela desapropriação de 4 milhões de hectares da Fazenda Curuá e 1 milhão de hectares dos seringais Belo Horizonte, Humaitá, Caximbuga, Mosso-ró e Forte Veneza.

– Os seringais, por exemplo, estão localizados em áreas de conservação, como a Terra do Meio e terras indígenas. Por isso pedimos o bloqueio dos títulos e a retirada da empresa da área – diz o procurador da República, Marco Antônio de Almeida.

Segundo o advogado Eduardo Toledo, a empresa Incextil pertence ao empresário Cecílio Rego de Almeida, e não ao grupo Almeida. Ele nega que o empresário seja grileiro, afirma que os títulos de posse da terra são verdadeiros e que por isso contesta na Justiça as

acusações do Ministério Público.

No início dos anos 2000, cerca de 30 milhões de hectares no Pará estavam na mão de grileiros. O procurador Marco Antônio é categórico ao apostar que a situação está mudando, e para melhor. Com ações civis públicas, o MPF está conseguindo devolver à União e ao estado áreas tomadas pelos grileiros. “As posses precárias acabam sendo permitidas pelos cartórios. Já conseguimos fechar um em Altamira que estava envolvido com irregularidades”.

Além disso, a Corregedoria de Justiça determinou o bloqueio de todas as matrículas que excedem os limites constitucionais, conforme o permitido à época pela Carta Magna vigente. Pela Constituição de 1988, se a área total for superior a 2.500 hectares, sua aquisição ou doação deve ser aprovada pelo Congresso Nacional.

– Em momento algum os grileiros conseguem documentos para comprovar a transferência da posse de terra da União ou do estado para seus nomes – enfatiza.

**Há seis anos, havia 30 milhões de hectares grilados no Pará**

## Passo a passo da grilagem

Alguns dos métodos mais usados pelos grileiros para se tornarem donos de terras públicas na Amazônia

**Passo 1.** O grileiro identifica a terra a ser grilada.

**Passo 2.** Consegue o controle da terra, empregando geralmente um dos quatro métodos a seguir:

**A - Uso de concessões inválidas de seringais**

Durante os anos 40 e 50, foram expedidas concessões para seringais válidas por apenas um ano. Mas esses documentos de concessão foram usados como base para solicitar documentos de terra. Na maioria das vezes, a descrição imprecisa dos limites de terra facilita o registro de áreas muito maiores que a concessão original.

**B - Ocupação física de uma área não ocupada previamente**

O grileiro chega em uma área de floresta, faz a demarcação do local e guarda a área com homens armados.

**C - Concessões inválidas de sesmarias**

Entre 1531 e 1822, concessões de terras não-cultivadas, chamadas de cartas de sesmarias, foram designadas para colonos trabalhar na terra. Recentemente, esses antigos direitos foram usados ocasionalmente como base para registro de documentos de terras, apesar de esse sistema ter sido abolido.

**D - Ocupação, aquisição ou falso arrendamento de terra ocupada fisicamente por outros (colonos tradicionais, como os ribeirinhos).**

O grileiro compra as posses de famílias da região. Depois, ele marca uma grande área com piques (trilhas abertas na floresta), muitas vezes reivindicando a propriedade de toda a terra comunitária. Quem não aceita a reivindicação do grileiro frequentemente é expulso da área pelo uso de violência.

**Passo 3.** O grileiro escolhe um

cartório municipal para declarar a propriedade de terra.

Normalmente, falsifica documentos declarando ter ocupado a área por um longo período ou conta com a cumplicidade de funcionários do cartório para dar tal declaração.

**Passo 4.** O grileiro submete o documento de terra fornecido pelo cartório a um dos institutos de terra oficiais e à Receita Federal. Os institutos geralmente concordam em registrar o título de terra não contestado e baseado em documentos de cartório.

**Passo 5.** O grileiro entra com pedido de autorização para explorar a área. Quando quer explorar madeira, precisa receber aprovação do Ibama para o Plano de Manejo Florestal (PMF) ou Autorização de Desmatamento, apresentando provas de propriedade da terra.



**IGUALDADE RACIAL** Texto do Estatuto, aprovado pelo Senado, não torna obrigatórias as cotas para negros

# Sistema de cotas só deve ser adotado em 2007

**A** adoção, por lei federal, das cotas raciais ou sociais para o preenchimento das vagas nas universidades federais tem remotas possibilidades de ser concretizada ainda este ano. Ainda que, hoje, 21 instituições de ensino superior já tenham implementado, por iniciativa própria, diferentes formas de reserva das vagas, as duas principais iniciativas legislativas neste sentido tiveram os seus caminhos prolongados.

De um lado, o texto do Estatuto da Igualdade Racial, aprovado pelo Plenário do Senado e enviado à Câmara dos Deputados, não incluiu a adoção de cotas de 20% que constava do texto original do senador Paulo Paim (PT-RS). Ela foi retirada no substitutivo de Rodolpho Tourinho (PFL-BA), relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Tourinho preferiu inserir no texto determinação para que lei específica discipline, no futuro, um percentual mínimo de vagas relativas aos cursos de graduação em todas as universidades federais. O próprio governo federal já apresentou à Câmara dos Deputados projeto instituindo o sistema de cotas, inclusive em percentual maior (metade das vagas) daque-

le proposto no texto original do estatuto.

De outro lado, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou em fevereiro projeto de lei (PL 73/99) da deputada Nice Lobão (PFL-MA) que reserva 50% das vagas das universidades e das escolas técnicas federais para estudantes egressos de ensino público, negros e índios. Porém, em março, um recurso do deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) contra o caráter conclusivo da decisão da CCJ impediu que a proposta fosse enviada diretamente para o Senado. Agora, a adoção das cotas sociais e raciais ainda precisa ser aprovada por maioria de votos do Plenário da Câmara, antes de ser apreciada pelos senadores.

Pelo substitutivo da deputada Iara Bernardi (PT-SP), relatora, 50% das vagas seriam para alunos que cursaram todo o ensino médio na rede pública. Parte dessas vagas ficaria reservada a negros e índios, seguindo a proporção dessas populações em cada estado, conforme o Censo do IBGE. Distribuídas essas vagas, as demais dentro da cota seriam ocupadas por outros estudantes de escolas públicas.

O texto fixa a adoção gradativa das cotas: um quarto a cada ano, até que, ao final do quarto ano, 50% das vagas estejam sendo destinadas aos beneficiados. É o ponto mais destoante em relação a proposta semelhante do governo, que tramita em conjunto.

– O prazo de quatro anos é razoável. Não somos radicais em relação a isso. Mas o importante é que haja adesão plena da comunidade acadêmica. Se vão ser quatro ou dez anos, vamos discutir. Fundamental é não perder o consenso, para não haver ruptura – informou à Agência Câmara o secretário-executivo do Ministério da Educação, Jairo Jorge.



Renan Calheiros (D) e Aldo Rebelo recebem manifesto contrário à adoção de cotas raciais

## Para jurista, medida fere Constituição

Ex-reitor da USP e ex-ministro da Educação, o professor José Goldemberg também alertou, em artigo no jornal *O Estado de S. Paulo*, para a inconstitucionalidade da reserva de cotas para facilitar a admissão e aumentar a participação de negros nas universidades. A Carta Magna, no artigo 206, garante “igualdade de condições para o acesso” à escola e ensino gratuito “em estabelecimentos oficiais”.

Segundo ele, mesmo nos Estados Unidos, onde se originou a idéia de estabelecer um sistema de cotas étnicas como forma de quebrar a segregação, elas estão sendo abandonadas, depois que a Suprema Corte começou a invalidar esse sistema em função de recursos de candidatos brancos prejudicados.

– A criação de cotas, no Brasil, representa um retrocesso na medida em que, pela primeira vez na República, distinguem-se, na lei, brancos e negros. Classificações desse tipo estão na base de todas as formas mais violentas de racismo. O anti-semitismo oficial da Alemanha nazista e o *apartheid* sul-africano são exemplos muito claros disso.

Goldemberg informou que todos os atuais investimentos públicos em educação superior mal bastam para manter 1,2 milhão de estudantes nas universidades públicas e outros 3 milhões nas

privadas. Para receber todos os estudantes em universidades gratuitas, seria preciso triplicar os recursos destinados à educação superior – o que é virtualmente impossível, uma vez que traria graves prejuízos para as outras responsabilidades do Estado, como saúde, transporte e assistência social, entre outros.

Como explicou em seu artigo, como “o cobertor é curto” (faltam vagas para todos), a única forma democrática de acesso às universidades públicas são os vestibulares, em que todos concorrem em igualdade de condições, como é o caso nos demais concursos públicos.

“As cotas partem da constatação de que os ‘negros’ não estão conseguindo competir com os ‘brancos’ no vestibular. De fato, isso é verdade na medida em que aquela população enfrenta obstáculos sociais muito sérios na sua trajetória escolar, que dificultam o acesso ao ensino superior”, escreveu o ex-ministro.

Ouvido pelo *site* Comciência, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o doutor em Geografia Humana Demétrio Magnoli afirma que a política de cotas aplicada a carentes beneficiaria principalmente a

população negra, uma vez que, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), dos 53 milhões de pobres do país, 63% são negros; dos 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza, 70% são da raça negra.

Magnoli considera a reserva de vagas para negros “uma solução simplista”.

– Os negros não têm acesso ao ensino superior porque, na maioria dos casos, são pobres e passaram anos estudando em escolas públicas arruinadas. Em vez de cotas, o Estado deveria aumentar os investimentos no ensino público. Em poucos anos, os negros passariam a ocupar as melhores vagas nas universidades – acredita Magnoli.

Na mesma reportagem, o renomado jurista Ives Gandra Martins considera o sistema de cotas inconstitucional, por ferir o princípio fundamental de igualdade entre os cidadãos.

– É uma discriminação às avessas, em que o branco não tem direito a uma vaga mesmo se sua pontuação for maior. Reconheço que o preconceito existe, mas a política afirmativa não deve ser feita no ensino superior, e sim no de base.

### Segundo Ives Gandra, sistema promoveria discriminação às avessas



Texto de Tourinho, aprovado pelo Plenário, exclui cotas do Estatuto da Igualdade Racial

## IDH é menor entre negros

O professor Marcelo Paixão, titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenador do Observatório Afro-Brasileiro, realizou estudo sobre a qualidade de vida de brancos e negros no país.

Os brancos brasileiros seguiram mantendo um IDH alto (equivalente ao Kuwait, na 46ª posição em 175 nações), os negros ficaram entre El Salvador e China, na 107ª posição.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população negra, entre 1999 e 2001, apresentou evolução de 0,691 para 0,712. Entre os brancos, subiu de 0,805 para 0,820.

O rendimento médio familiar per capita de negros e brancos foi de:  
Negros - 1,15 salário mínimo;  
Brancos - 2,64 salários mínimos.

O Brasil ocupou o 65º lugar no ranking do IDH de 2001.  
- Brancos ficaram 19 posições acima da colocação brasileira;  
- Negros, 42 posições abaixo.

A taxa bruta de escolaridade:  
Negros - 84%  
Brancos - 89%.

A taxa de alfabetização entre os brancos é bem superior à dos negros  
Brancos - 92,3% Negros - 81,8%

Fonte: Bases de dados da Pnad/IBGE 2001 e Relatório do Desenvolvimento Humano (Pnud) de 2001.



**IGUALDADE RACIAL** Ministra diz que proposta do governo resolve dilema entre critérios sociais e de raça

# Em defesa da reserva de vagas

**D**urante debate sobre o sistema de cotas realizado no Senado há duas semanas, a ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, considerou “cegueira social” as críticas à instituição das cotas. Ela reconhece que a miscigenação dificulta a classificação de uma pessoa como afrodescendente, mas diz haver “divisões sociais” no Brasil.

– O dilema entre cotas sociais e raciais está resolvido no projeto de reserva de vagas em universidades – afirmou a ministra, referindo-se ao projeto do governo que tramita no Senado e foi aprovado pela Câmara em fevereiro passado.

O cientista social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro Carlos Alberto Medeiros criticou os que propõem o aumento de investimentos em educação como alternativa às cotas. Ele tachou de “oportunista” a defesa da aplicação de mais recursos

feita de maneira genérica, sem um engajamento autêntico na melhoria do sistema de ensino público.

Marcus Alessandro Santos Silva, coordenador nacional do Movimento Negro Unificado, considerou a defesa das cotas como ação tática a ser adotada imediatamente, pois, em sua opinião, não é possível mais esperar por uma efetiva reforma da educação.

**Cotas seriam alternativa enquanto não há uma reforma educacional**

Já um dos autores da proposta de criação das cotas na Universidade de Brasília (UnB), o professor de Antropologia José Jorge de Carvalho, a reserva de vagas é

a única forma de se enfrentar o problema da exclusão racial em curto prazo. O preceito, diz, está presente nas salas de aula.

Autor do Estatuto da Igualdade Racial, cujo texto original reservava 20% das vagas nas universidades para alunos de origem negra, o senador Paulo Paim (PT-RS) defende “amplo entendimento” em torno das co-

tas porque, segundo ele, medidas urgentes contra a discriminação precisam ser implementadas pelo Estado brasileiro.

Ex-ministro da Educação e ex-reitor da UnB, primeira universidade federal a adotar o sistema, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) manifestou sua posição favorável às cotas, mas lembrou

que a medida é insuficiente para se alcançar níveis adequados de igualdade social no Brasil.

O diretor da ONG Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (EducAfro), frei David Raimundo dos Santos, refutou sete argumentos utilizados por intelectuais que assinaram manifesto contra a criação das

cotas. Citando pesquisas recentes feitas na Universidade Federal da Bahia (UFBA), ele negou que a implantação do sistema poderá resultar na diminuição da qualidade acadêmica.

– Os cotistas negros tiveram médias melhores do que os não cotistas em 32 dos 57 cursos da UFBA – argumentou.



GILBERTO NASCIMENTO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Entidades e especialistas defendem a reserva de vagas como ação emergencial contra a exclusão

## Dois terços da população aprovam cotas raciais

Dois em cada três brasileiros apóiam a adoção das cotas para negros nas universidades, revelou pesquisa do instituto Datafolha, divulgada em julho passado. Das 6.264 pessoas acima de 16 anos em 272 municípios ouvidas no levantamento, 65% são favoráveis a que 20% das vagas nas universidades sejam reservadas para negros e descendentes.

A aprovação é maior entre as pessoas com escolaridade fundamental (71%) e entre as que ganham até dois salários mínimos (70%). Entre as pessoas que têm nível superior, 55%

são contra as cotas raciais. Dos entrevistados com renda familiar acima de dez salários mínimos, 57% rejeitam a adoção da proposta.

**Reserva de vagas por critérios sociais tem aprovação ainda mais elevada**

Além de aprovar cotas para negros, a maioria (87%) defende a medida para quem concluiu o ensino médio em escolas públicas, pessoas pobres e de baixa renda, seja qual for a raça.

A pesquisa mostra que o assunto precisa ser mais debatido. O projeto de Estatuto da Igualdade Racial, aprovado no Senado e em tramitação na Câmara, é conhecido por 46% dos entrevistados, mas só 9% se acham bem-informados sobre ele.

## Brancos e negros nas universidades

Instituição	Brancos	Negros	No estado (Negros)	Déficit
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	76,8%	20,3%	44,63%	24,33%
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	86,6%	8,6%	20,27%	11,67%
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	47%	42,8%	73,36%	30,56%
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	50,8%	42,6%	74,75%	32,35%
Universidade de Brasília (UnB)	63,74%	32,3%	47,98%	15,68%
Universidade de São Paulo (USP)	78,2%	8,3%	27,4%	19,1%

Fontes: Pesquisa “A cor da Bahia/UFBA” e I Censo Étnico Racial da USP e IBGE. Dados de 2001

O Brasil tem, em sua população, um total de **46%** de afrodescendentes

Entre os universitários, negros representam menos de **8%**

Dos 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza, **70%** são negros

Entre os 53 milhões de pobres do país, **63%** são negros

Fontes: IBGE, Censo 2000 e Ipea

CADE/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



Crianças de comunidade quilombola: brasileiros querem mais debate sobre Estatuto da Igualdade Racial



**SANGUESSUGAS** Relatório parcial da CPI recomenda abertura de processo por quebra de decoro parlamentar

# CPI compromete 72 parlamentares



A CPI dos Sanguessugas aprovou na quinta-feira passada o relatório parcial elaborado pelo senador Amir Lando (PMDB-RO) que denuncia 72 parlamentares (três senadores e 69 deputados) por envolvimento com a chamada máfia das ambulâncias. A apreciação do texto teve apenas 1 voto contrário, do senador Wellington Salgado (PMDB-MG), e a abstenção do senador Sibá Machado (PT-AC).

Lando ponderou que há provas ou indícios suficientes contra os parlamentares denunciados, acusados de apresentar no Congresso emendas para liberar recursos do Orçamento da União destinados à compra de ambulâncias com preços superfaturados. O texto foi enviado para as Mesas da Câmara e do Senado, para que elas o encaminhassem aos conselhos de

Ética e Decoro Parlamentar das duas Casas.

O relatório conta, em 973 páginas – sem contar os anexos –, o início das investigações da Operação Sanguessuga, a atuação do Ministério Público e da Polícia Federal, o tamanho do esquema de corrupção e a participação da Planam, empresa da família Vedoin, apontada como líder da quadrilha.

Lando também relata a participação do Executivo nas irregularidades, como a liberação de verbas pelo Ministério da Saúde, as licitações feitas por cerca de 600 prefeituras para comprar as ambulâncias e as ramificações do esquema em outros segmentos da administração pública.

O relatório sugere, com o fito de coibir a corrupção, a extinção das emendas individuais ao Orçamen-

to, medidas para dar mais rigor à Lei das Inelegibilidades, e o fim dos repasses para que entidades privadas realizem obras e comprem equipamentos.

A CPI, presidida pelo deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), foi instalada em 22 de junho para investigar a fraude apurada pela Operação Sanguessuga, da Polícia Federal.

O empresário Darci Vedoin, proprietário da Planam, é apontado como chefe da máfia que comercializava as ambulâncias superfaturadas por meio de licitações viciadas previamente combinadas com prefeitos. Ele é pai de Luiz Antônio Vedoin, também envolvido. Outra ligada às irregularidades é Maria da Penha Lino, ex-assessora do Ministério da Saúde. Ela confessou que intermediava o esquema no ministério.

**Relatório de 973 páginas detalha esquema e sugere medidas contra corrupção**



Servidor do Senado leva cópias do volumoso relatório parcial da CPI dos Sanguessugas na manhã de quinta-feira

## Os nomes do relatório

Veja a lista dos 72 parlamentares contra os quais a CPI dos Sanguessugas reuniu provas, conforme o relator, senador Amir Lando, de envolvimento com a máfia das ambulâncias e que poderão enfrentar processo de cassação por quebra de decoro parlamentar. O relator decidiu propor o arquivamento das denúncias contra 18 deputados, por não ter obtido provas para encaminhar seus nomes ao Conselho de Ética.

Senadores		
<b>PL</b> Magno Malta (ES)	César Bandeira (MA) Coriolano Sales (BA) Laura Carneiro (RJ) Marcos de Jesus (PE) Robério Nunes (BA)	
<b>PMDB</b> Ney Suassuna (PB)	<b>PMDB</b> Adelor Vieira (SC) Almerinda de Carvalho (RJ) Benjamin Maranhão (PB) Cabo Júlio (MG) João Correia (AC) João Magalhães (MG) Marcelino Fraga (ES)	
<b>PT</b> Serys Slhessarenko (MT)	<b>PSB</b> Isaías Silvestre (MG) João Mendes de Jesus (RJ) Marcondes Gadelha (PB) Paulo Baltazar (RJ)	
Deputados		
<b>PL</b> Almeida de Jesus (CE) Amauri Gasques (SP) Carlos Nader (RJ) Coronel Alves (AP) Helena Silva (SE) João Caldas (AL) Jorge Pinheiro (DF) Junior Betão (AC) Maurício Rabelo (TO) Paulo Gouvêa (RS) Raimundo Santos (PA) Reinaldo Betão (RJ) Reinaldo Gripp (RJ) Ricardo Rique (PB) Wanderval Santos (SP) Wellington Fagundes (MT) Wellington Roberto (PB)	<b>PRB</b> José Divino (RJ) Vieira Reis (RJ)	
<b>PTB</b> Alceste Almeida (RR) Carlos Dunga (PB) Cleuber Carneiro (MG) Edir Oliveira (RS) Edna Macedo (SP) Eduardo Seabra (AP) Elaine Costa (RJ) Fernando Gonçalves (RJ) Iris Simões (PR) Jonival Lucas Junior (BA) José Militão (MG) Josué Bengston (PA) Neuton Lima (SP) Nilton Capixaba (RO) Osmânio Pereira (MG) Ricarte de Freitas (MT)	<b>PSC</b> Pastor Amarildo (TO)	
<b>PP</b> Agnaldo Muniz (RO) Benedito Dias (AP) Cleonânio Fonseca (SE) Enivaldo Ribeiro (PB) Érico Ribeiro (RS) Ildeu Araújo (SP) Irapuan Teixeira (SP) João Batista (SP) Lino Rossi (MT) Marcos Abramo (SP) Pedro Henry (MT) Reginaldo Germano (BA) Vanderlei Assis (SP)	<b>PSDB</b> Paulo Feijó (RJ)	
<b>PFL</b> Almir Moura (RJ) Celcita Pinheiro (MT)	<b>PT</b> João Grandão (MS)	
	Deputados excluídos	
	<b>PP</b> Benedito de Lira (AL) Feu Rosa (ES) Mario Negromonte (BA) Nélio Dias (RN) Nilton Baiano (ES)	
	<b>PMDB</b> Gilberto Nascimento (SP) Saraiva Felipe (MG) Teté Bezerra (MT)	
	<b>PSDB</b> Eduardo Gomes (TO) Helenildo Ribeiro (AL) Itamar Serpa (RJ)	
	<b>PFL</b> Paulo Magalhães (BA) Zelinda Novaes (BA)	
	<b>PSB</b> Dr. Ribamar Alves (MA) Josias Quintal (RJ)	
	<b>PSC</b> Dr. Heleno (RJ)	
	<b>PPS</b> Fernando Estima (SP)	
	<b>PTB</b> Jefferson Campos (SP)	



Biscaia e Lando, durante a leitura do relatório: extenso trabalho em menos de 60 dias

## Entre os citados, 63 são da base do governo

Entre os 72 parlamentares denunciados pela CPI dos Sanguessugas, 63 são da base de apoio do presidente Lula no Congresso (PL, PTB, PP, PMDB, PSB, PT, PRB). A oposição (PSDB, PFL e PSC) tem nove parlamentares denunciados. No total, dez partidos têm integrantes envolvidos no esquema.

O PL, PTB, PP e PMDB têm o maior número de denunciados. Os quatro partidos – que participam da base de apoio do governo – também apareceram

no escândalo do mensalão em 2005, apurado por outra CPI no Congresso, sobre o pagamento de propinas a deputados para votar projetos de interesse do governo.

O PL lidera o ranking, com 18 citados. Na seqüência aparecem: PTB (16), PP (13), PMDB (8), PFL (7), PSB (4), PT (2), PRB (2) e PSC (1).

Os estados com maior número de representantes denunciados foram o Rio de Janeiro (13 citados), São Paulo (9), Paraíba

(7), Minas Gerais e Mato Grosso (ambos com 6).

Dos 18 parlamentares que ficaram fora do relatório da CPI por falta de provas, 11 são da base aliada do governo e sete da oposição.

O PP tem o maior número de parlamentares (cinco) que escaparam de processo de perda de mandato porque a comissão não encontrou provas contra eles. Na seqüência aparecem: PMDB (3), PSDB (3), PFL (2), PPS (1), PSC (1), PTB (1) e PSB (2).



Plenário da CPI, na quinta: relatório foi aprovado com apenas um voto contrário e uma abstenção



**SANGUESSUGAS** Denunciados, Serys Slhessarenko, Magno Malta e Ney Suassuna repudiam em Plenário as acusações

# Senadores negam participação



O relatório da CPI conta, em 973 páginas - número que não inclui os documentos anexados -, o início das investigações da Operação Sanguessuga, a atuação do Ministério Público e da Polícia Federal, o tamanho do esquema de corrupção e a participação da Planam, empresa da família Vedoin, apontada como líder do esquema. O relator, Amir Lando, também aponta a participação do Poder Executivo nas irregularidades, via liberação de verbas.



**Veemente, Serys Slhessarenko garante que CPI não produziu provas contra ela ou contra o seu genro**



**Magno Malta, indignado, clama inocência: "É preferível a morte a ter meu nome jogado na lama"**



**Ney Suassuna defende-se das acusações em Plenário: "Sinto-me injustiçado", afirma o peemedebista**

## Serys atribui denúncia a interesses político-eleitorais

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) atribuiu a interesses político-eleitorais o fato de ter sido citada no relatório parcial da CPI dos Sanguessugas. Ela disse que ficou perplexa com a acusação de envolvimento com a chamada máfia das ambulâncias e ressaltou que a comissão não tem provas contra ela nem contra seu genro Paulo Roberto, também acusado.

Segundo o relatório da CPI, Paulo Roberto teria recebido R\$ 35 mil em dinheiro do empresário Luiz Antônio Vedoin, sócio da Planam, empresa que fornecia as ambulâncias que seriam vendidas a prefeituras por preços superfaturados. O dinheiro seria usado para pagar dívidas de campanha da senadora. De acordo com Luiz Antônio, tratava-se do pagamento pela aprovação de uma emenda a ser apresentada pela senadora para o exercício de 2004, no valor de R\$ 1 milhão, visando a compra de ambulâncias por prefeituras de Mato Grosso. Mas, continua o relatório, a emenda apresentada foi de R\$ 700 mil e a diferença (R\$ 300 mil) seria compensada em exercícios posteriores.

Serys acusou dirigentes da Planam de inventarem denúncias contra ela, ressaltando que nenhuma foi comprovada. A senadora, que é candidata ao governo do estado, acrescentou que é usual aparecerem acusações contra ela em períodos pré-eleitorais.

## Malta diz que foi acusado por ilação e vai processar Lando

O senador Magno Malta (PL-ES) defendeu-se em Plenário, lembrando que não está incluído em nenhum dos três critérios adotados pela CPI: ter recebido dinheiro em conta ou na conta de assessores; ter, por ação ou omissão, permitido que assessor ou funcionário recebesse benefícios ou vantagens; ter usado servidores ou terceiros para recebimento em suas contas bancárias ou em espécie.

- Com todo respeito que tenho pelo relator [senador Amir Lando], vou processá-lo criminalmente junto ao Supremo Tribunal Federal - afirmou.

Malta se disse inconformado com a decisão de Lando de incluir seu nome no relatório. Insistiu que apenas utilizou um veículo que lhe fora emprestado pelo deputado Lino Rossi (PP-MT), sem saber que ele fora dado ao parlamentar pela Planam, empresa que fornecia as ambulâncias superfaturadas.

Segundo a CPI, Luiz Antônio Vedoin, da Planam, disse à Justiça que um veículo Fiat Ducato, no valor de R\$ 50 mil, foi entregue a Malta em troca da apresentação de emenda de R\$ 1 milhão para a compra de unidades móveis de saúde por municípios do Espírito Santo.

- É preferível a morte a ter meu nome jogado na lama junto daqueles que roubaram o Orçamento - protestou o parlamentar, manifestando sua indignação por ter sido incluído entre os culpados "por ilação".

## Suassuna critica CPI por lhe negar acesso a documentos

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu-se contra as acusações de participação na máfia das ambulâncias e reclamou da dificuldade imposta pela CPI para que ele tivesse acesso a depoimentos como o do empresário Luiz Antônio Vedoin. Também se queixou do vazamento, para a imprensa, dos documentos que ele não conseguiu obter.

- Sinto-me injustiçado e envolvido numa situação kafkiana - disse o senador.

Segundo a CPI, o dono da Planam disse em depoimento que, no final de 2004, conheceu Marcelo Carvalho, então assessor de Suassuna, que dizia falar em nome do parlamentar. O senador apresentou uma emenda genérica ("guarda-chuva") no exercício de 2004, no valor de R\$ 2 milhões, para comprar unidades móveis de saúde para 25 municípios da Paraíba.

Luiz Antônio afirmou, segundo o relatório, nunca ter encontrado Suassuna pessoalmente. Todos os assuntos referentes à emenda eram tratados diretamente com Carvalho, conhecido como "Marcelo do Ney". O empresário teria se comprometido a pagar 10% do valor total da emenda (ou seja, R\$ 200 mil), conforme as licitações fosse executadas durante o ano de 2005. Depois da inclusão de Suassuna no relatório da CPI, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu o afastamento do parlamentar da liderança do PMDB no Senado.

## Ex-secretário do MCT se defende de acusações

O ex-secretário para Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) Rodrigo Rollemberg entregou na semana passada um documento à CPI dos Sanguessugas em resposta a acusações feitas pelo deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), sub-relator da comissão. Rollemberg também apresentou à comissão uma lista de emendas parlamentares, agrupadas por partido, executadas pelo ministério no ano passado. No documento, o ex-secretário afirma que as declarações de Gabeira foram "no mínimo precipitadas".

Gabeira havia levantado suspeitas sobre a atuação do PSB, partido do qual Rollemberg é integrante, à frente do MCT. Funcionaria nessa pasta, segundo o deputado, um esquema fraudulento semelhante ao descoberto no Ministério

da Saúde. Mas, em vez de ambulâncias, as emendas parlamentares visariam a compra de ônibus superfaturados, que seriam usados num programa de inclusão digital. Nesse esquema, Rollemberg seria o responsável pela intermediação na liberação das emendas. Por causa das denúncias, Gabeira chegou a bater boca no Congresso com o presidente em exercício do PSB, Roberto Amaral.

As suspeitas de Gabeira foram baseadas no fato de o protótipo dos ônibus destinados ao programa de inclusão ter sido desenvolvido pela empresa KM, de Pernambuco, estado do ex-ministro Eduardo Campos, do PSB. O sub-relator observou ainda que o programa foi implantado em Alagoas, cujo governador, Ronaldo Lessa, também é do PSB.

## Na próxima fase, governo será o alvo

A CPI dos Sanguessugas marcou para esta terça-feira uma reunião administrativa para decidir os passos a serem dados até 22 de dezembro, data prevista para o encerramento oficial dos trabalhos da comissão - iniciados em 22 de junho.

Na reunião, os integrantes da comissão decidirão também como será, na segunda fase dos trabalhos, a investigação da participação do Poder Executivo na chamada máfia das ambulâncias. Com a leitura do relatório parcial na quinta-feira passada, a comissão encerrou a fase de investigações sobre o envolvimento dos parlamentares no esquema de fraudes.

Alguns congressistas defendem o início imediato da segunda etapa dos trabalhos da CPI, sobre a participação do Executivo, mas outros afirmam não ser possível dar prosseguimento às apurações antes das eleições de outubro, porque a maioria dos integrantes da comissão está em campanha nos seus estados.



**Fernando Gabeira e o Wellington Salgado discutiram na CPI por causa das investigações relacionadas ao Poder Executivo**



Para a reunião desta terça, está prevista a votação de 107 requerimentos, alguns deles polêmicos, porque solicitam a convocação, para prestar esclarecimentos, dos ex-ministros da Saúde Humberto Costa e Saraiva Felipe, ambos nomeados pelo presidente Lula. José Serra, ministro na gestão de Fernando Henrique Cardoso, também pode ser chamado. Esses depoimentos só ocorreriam depois das eleições.

- Não há dificuldades em ouvir os ex-ministros se os requerimen-

tos forem aprovados. Mas dois dos ex-ministros são candidatos aos governos de São Paulo e de Pernambuco e não há razão para convocá-los neste momento de campanha. Não há provas que os responsabilizem até agora - disse o deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), presidente da CPI.

Biscaia já deixou claro que o prazo regimental para o funcionamento de uma comissão parlamentar de inquérito é de 180 dias e que não vai abrir mão desse período.



## PLENÁRIO

# Heráclito condena uso político da crise em SP

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) lamenta que o governo federal esteja, na sua opinião, fazendo uso político da crise de segurança pública em São Paulo para jogar a população contra o governo paulista.

Ele criticou a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), por ter afirmado, segundo ele, que o governo federal não pode enviar dinheiro para segurança em São Paulo “nem por DOC e nem por TED” – documentos de transferência rápida de dinheiro por via bancária.

– O mais grave de tudo isso é o uso político, maldoso, criminoso, do episódio de São Paulo. Enquanto se bate boca, vidas tombam nas ruas – disse.

O senador lembrou que o governo federal prometeu dinheiro de emergência ao governo pau-

lista para recuperação de presídios destruídos, frisando que a burocracia não pode mais atrasar a liberação das verbas.

Heráclito Fortes ponderou ainda que o presidente Lula “precisa medir suas palavras” para não cometer exageros.

Citou a declaração do presidente de que a saúde no Brasil “está perto da perfeição”. Em

seguida, comentou o caso de uma idosa que, após ser considerada morta em um hospital do



ROOSEVELT PINHEIRO

**A afirmação de Lula de que a saúde no Brasil está “perto da perfeição” foi rechaçada por Heráclito**

Rio de Janeiro, foi encontrada ainda com vida por parentes ao abrirem o saco plástico onde o corpo estava.

## Para Ideli, governo estadual tem culpa

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) lamentou que persista o impasse entre os governos federal e de São Paulo em torno da liberação de R\$ 100 milhões do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para ações na área de segurança pública.

A petista disse estranhar a demora do governo paulista em providenciar documentos exigidos para liberação da verba e comentou que Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina já fecharam acordos com o governo federal. Segundo ela, R\$ 13,2 milhões do Funpen foram para construção do Presídio Regional de Itajaí.

– Talvez não tenha conseguido cuidar da documentação pela situação de emergência criada pelos ataques do PCC. Mas, se não deu conta, não venha acusar o governo federal de demora na liberação dos recursos. Isso é inadmissível – reagiu.

Ideli protestou contra associações entre o governo federal e a concessão de licença a 11 mil presos de São Paulo para passarem o Dia dos Pais com suas famílias. Segundo ela, a determinação partiu da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo em cumprimento a dispositivo da Lei de Execução Penal, que existe há 22 anos.

## Tuma quer resposta de Thomaz Bastos

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) cobrou pressa da Mesa do Senado no encaminhamento de requerimento de informações que dirigiu ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, acerca de declarações dadas em entrevista à imprensa, pelo secretário de Segurança Pública de São Paulo, Saulo de Castro, que acusou o governo federal de descaso com a segurança pública do estado.

Tuma enfatizou que não só ele, mas toda a população de São Paulo quer saber qual a resposta do ministro e como agirá judicialmente o governo nas apurações dos episódios de queima de ônibus que estão ocorrendo na capital paulista. Isso porque, na avaliação do senador, a depredação pode ser classificada como “ato terrorista que deveria ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional”.

Tuma também informou ter enviado ao Ministério Público e à Polícia Federal denúncia de servidores da Secretaria de Infra-Estrutura do Amazonas, sobre irregularidades envolvendo empresas vencedoras de concorrências e autoridades do governo local.

De acordo com o senador, juntamente com a denúncia vieram cópias de saques suspeitos feitos “na boca do cofre”. Tuma disse que enviou também um pedido para que seja feito um levantamento das obras da secretaria estadual.

## Lula foi um desastre na Globo, diz Virgílio

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), considerou um “desastre” a entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao *Jornal Nacional*. O senador disse que o presidente cometeu várias gafes e não ofereceu explicações sobre os problemas de sua administração.

Na opinião de Arthur Virgílio, Lula estava nervoso e despreparado para debater qualquer assunto. Virgílio ressaltou também que o presidente não soube responder perguntas dos entrevistadores sobre a estrutura do seu governo. O senador levantou dúvidas se Lula sabe o nome de todos os seus ministros.

Entre as gafes cometidas pelo presidente durante a entrevista, que o líder denominou de “ato falho”, Virgílio destacou a que



CÉLIO AZEVEDO

**Virgílio viu ato falho de Lula na afirmação de que seu governo foi o que mais “combateu a ética”**

Lula afirmou que seu governo foi o que mais “combateu a ética”.

– Ou foi uma derrapada ou foi de uma coragem sensacional – observou o senador.

Arthur Virgílio salientou ainda que o presidente não se saiu

bem, embora tenha recebido os jornalistas em sua própria casa – único candidato com esse privilégio, disse o senador.

Arthur Virgílio referiu-se à série de entrevistas que o *Jornal Nacional* da Rede Globo realizou com os principais candidatos à Presidência da República na última semana.

Na segunda-feira, os âncoras William Bonner e Fátima Bernardes receberam o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin. No dia seguinte, foi a vez da candidata do PSOL, Heloísa Helena, seguida do candidato do PDT, Cristovam Buarque, na quarta-feira. Na quinta-feira, os jornalistas foram a Brasília para entrevistar o presidente-candidato no Palácio da Alvorada, alterando a sistemática adotada com os demais candidatos.

## Senadores comentam proposta de constituinte

Iris de Araújo (PMDB-GO) considerou inoportuna a proposta do presidente Lula de instalação de uma assembléia nacional constituinte exclusiva para empreender a reforma política, “quando o país está em pleno processo eleitoral e no calor de uma disputa que inviabiliza o debate imparcial de um projeto desse porte”. Ela disse defender uma reforma que leve à “refundação do Brasil”.

Para Iris, a luta que se deve travar em uma assembléia constituinte inédita é “contra as corporações que não abrem mão dos privilégios dos seus associados; os setores da economia que lucram e não repartem esse lucro investindo na produção; a forte burocracia que propicia irregularidades que escandalizam o país; e os partidos que não querem ceder um só milímetro da fatia de domínio conquistada”.

Heráclito Fortes (PFL-PI) também considera o momento inoportuno, e fez críticas ao

fato de a proposta ter partido do presidente.

– Lula não tem autoridade política porque, em vez de abolir as negociatas, o troca-troca partidário que tanto condenava, ele enveredou pelo mesmo caminho. Ele também não tem moral, pois, a cada escândalo novo em seu governo, simplesmente dizia que não tinha conhecimento – ressaltou.

Na opinião de Heráclito, a reforma política deve ser objeto de um pacto e de negociações entre o Executivo e o Congresso nos primeiros 60 dias do mandato do próximo presidente da República. O senador acrescentou que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) negou que a iniciativa da proposta tenha sido da entidade.

“O presidente Lula tentou apresentar a idéia como se fosse da OAB”, criticou Heráclito, lamentando que um chefe de Estado crie “um factóide” para ser, posteriormente, desmentido.

## Maciel recomenda leitura sobre reforma política

Marco Maciel (PFL-PE) registrou em Plenário o lançamento do livro *Reforma Política no Brasil*, resultado de uma parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) (veja mais na pág. 2).

O senador explicou que o livro é dividido em três partes: a primeira é uma exposição sobre as formas de representação na América Latina. A segunda é constituída de 31 verbetes sobre diferentes aspectos da reforma política; e a terceira aborda as perspectivas do presidencialismo de coalizão

no Brasil.

Maciel destacou o texto de Kim Bolduc, representante do Pnud para América Latina e Brasil, o qual afirma que o país, uma das maiores democracias do mundo e também o segundo maior colégio eleitoral, estaria “enfrentando desafios com coragem e determinação”.

Ele acrescentou que, a seu ver, a reforma política só estará completa com a reforma profunda do sistema eleitoral e o retorno a uma república federativa nas verdadeiras acepções das duas palavras.

## Saturnino quer debates sobre políticas de desenvolvimento

Roberto Saturnino (PT-RJ) manifestou sua preocupação com o debate sobre atribuições do Estado na atividade desenvolvimentista do país. Segundo sustentou, a sociedade, a mídia e o próprio Congresso têm dado mais importância ao andamento das investigações de denúncias de corrupção, ao movimento das CPIs e a outros fatos que classificou como “imediatos e eleitores”, que à discussão de questões polêmicas sobre o destino do Brasil em relação ao mundo globalizado.

Saturnino disse que, indepen-

dentemente de investigações e de fiscalização, o Congresso deveria se debruçar sobre assuntos relativos ao futuro do país, como, por exemplo, o papel do Estado na indústria do biodiesel.

Para sustentar que o governo pode e deve investir em política de desenvolvimento, Saturnino citou dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) demonstrando que o Executivo gasta mais em programas de distribuição de renda, “tentando fazer justiça social”, que com o custeio da máquina pública.

## Plenário faz homenagem à equoterapia

Ao abrir a sessão especial na quarta-feira, em homenagem ao 12º Congresso Internacional de Equoterapia, que se realizou em Brasília na semana passada, Flávio Arns (PT-PR) destacou a importância da equitação como prática terapêutica e educacional para a socialização e a reabilitação

de pessoas com deficiência. Arns é autor do requerimento de homenagem. Na ocasião, Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu que a equoterapia seja custeada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ressaltou a necessidade de se atender à crescente demanda por esse tipo de tratamento.



## Voz do Leitor

## REFORMA AGRÁRIA

“Sugiro matéria com informações atualizadas sobre o processo de reforma agrária, para quem está pleiteando a aquisição de terra. Há dez anos foram feitos os cadastramentos, que se encontram parados. A situação deve ser investigada, para que todos os cidadãos sejam informados.”  
**Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)**

## PREFEITOS

“Senhores senadores e deputados, analisem a situação dos prefeitos analfabetos no país. Para ser gari e cozeiro exige-se concurso e instrução; mas para administrar bens públicos e recursos da União, colocam-se analfabetos sem nenhuma qualificação. É preciso rever essa situação ou não sei onde vamos parar.”  
**Severina da Silva Almeida, de Arcoverde (PE)**

## REELEIÇÃO

“Nos municípios nordestinos existem antigos prefeitos que, mesmo após terem mostrado a sua incompetência e o seu descaso com a máquina pública, ainda teimam em se candidatar. Dizem que erraram por serem inexperientes, e que precisam ser reeleger para consertar os seus erros. Sugiro que o povo brasileiro tenha muito cuidado na hora de escolher os representantes políticos e dê a vez para quem já provou competência.”  
**Paulo Sérgio Santos, de Pentecoste (CE)**

## TV DIGITAL

“Parabenizo o Senado e a Presidência da República pela implantação do padrão japonês da TV digital. Solicito que sejam divulgadas informações no jornal, sobre quando serão

disponibilizados os receptores de sinais para a população.”

**Paulo César Correia Alves, de São Paulo (SP)**

## PROUNI

“O governo tem apresentado o Programa Universidade para Todos (ProUni) como uma porta de entrada para jovens de baixa renda e oriundos de escolas públicas em universidades particulares. Porém, se esquece que ele é cruel e antidemocrático, pois só dá oportunidade à minoria. O ProUni é, na verdade, mais um instrumento de humilhação aos jovens carentes, pois mais exclui do que inclui, e ainda viola o art. 205 da Constituição, segundo o qual a educação – direito de todos e dever do Estado e da família – será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

**João José Santos Neves, de Adustina (BA)**

## ECONOMIA

“Parabenizo a equipe econômica porque o país vem batendo recordes nas exportações. O Brasil vem melhorando o superávit da economia e esse é o caminho para o desenvolvimento.”

**Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)**

## VOTO OBRIGATÓRIO

“Onde o voto não é obrigatório, a corrupção envolvendo políticos é praticamente zero. Para amenizar o problema da corrupção brasileira, seria necessário que o voto passasse a ser facultativo.”

**Júlio César Ribeiro Souza, de São Domingos do Maranhão (MA)**

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

## Foto da Semana

Os últimos depoimentos de Luiz Antônio Vedoin, sócio da empresa Planam, pivô do escândalo de vendas de ambulâncias superfaturadas com emendas parlamentares, possibilitaram à CPI dos Sanguessugas fechar o relatório com os nomes de 69 deputados federais e três senadores, acusados de participar do esquema. Na foto, o empresário deixa, com os vidros fechados, o prédio da Polícia Federal em Brasília, cercado pelos cliques dos fotógrafos



JOSÉ CRUZ

## Pergunte ao Senador

## IMUNIDADE PARLAMENTAR

**Gleudson Alves de Queiroz, de Vitória de Santo Antão (PE)**  
“Senador Marco Maciel, qual a sua opinião sobre a imunidade parlamentar?”

O senador Marco Maciel (PFL-PE) responde:

A imunidade parlamentar é um instituto adotado em vários países e se volta basicamente para preservar o direito de manifestação, sobretudo quando o parlamentar é submetido a uma forte pressão ou mesmo a alterações políticas que possam levar o Estado democrático de direito a uma ditadura. Nós conhecemos isso aqui e alhures, como você sabe, Gleudson. Mas é importante destacar que a imunidade não significa impunidade, e que os crimes que não estão incluídos entre os decorrentes de manifestação da opinião podem e devem ser processados pelo Judiciário. Tanto assim que emenda constitucional recentemente aprovada pelo Congresso permite, desde que não sejam delitos decorrentes de manifestação de opinião ou de voto, que os envolvidos sejam processados pelo Supremo Tribunal Federal, que pode atuar de forma mais célere. Por isso, considero bom o mecanismo da Constituição que hoje regula a imunidade parlamentar.



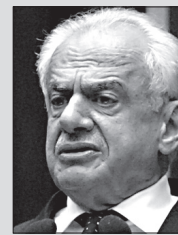
## CPI DOS SANGUESSUGAS

**Marcelo Figueiredo, de Getúlio Vargas (RS)**

“Senador Pedro Simon, sobre a CPI dos Sanguessugas, o que o senhor, que é um homem honesto e sincero, faria com os possíveis parlamentares envolvidos nesse lamaçal?”

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) responde:

O que o Senado deve fazer, caso as acusações contra os parlamentares sejam confirmadas, no uso de emendas para a compra superfaturada de ambulâncias, é votar pela cassação dos envolvidos e encaminhar os processos para a Justiça. É lamentável que, na CPI dos mensalistas, praticamente todos os parlamentares denunciados tenham sido absolvidos pela Câmara. Acho que, havendo provas, a obrigação do Congresso Nacional é votar pela cassação e mandar o inquérito para a polícia apurar.



## CONTROLE ELEITORAL

**Sérgio Augusto Dibner Maravalhas, de Curitiba (PR)**

“Senador Antonio Carlos Magalhães, que tipo de controle eleitoral haverá no ano de 2006, sendo que hoje se revela corrupção no sistema eleitoral?”

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) responde:

O controle dependerá da fiscalização dos tribunais, que poderiam agir com mais presteza nas inscrições, evitando a candidatura de pessoas que não têm capacidade moral. Penso que a justiça eleitoral estará mais atenta e vai haver um número maior de denúncias a serem julgadas.



## Frases

“Nossos Marcolas têm curso superior, exercem mandatos e funções de relevância na vida pública, são chamados de doutores e decidem a vida de outras pessoas. Vivemos a desconstrução da República”

**Fátima Cleide**, comparando o combate ao crime organizado em Rondônia com o trabalho da polícia paulista contra as facções criminosas.

“Simplesmente mandaram todo mundo para a vala comum, com prova ou sem prova, sem considerar a nossa defesa”

**Serys Shessarenko**, garantindo não haver provas de seu envolvimento com a máfia das ambulâncias, embora o seu nome tenha sido incluído no relatório preliminar da CPI.

“No âmbito da CPI, não há contraditório e poder para se instaurar processo legal. Aqui, fazemos um relato dos fatos e registro das condutas dos parlamentares. Mas, no Conselho de Ética, os parlamentares terão o direito democrático da ampla defesa e do contraditório”

**Amir Lando**, relator da CPI dos Sanguessugas, ao explicar que a decisão de encaminhar 72 nomes às Mesas da Câmara e do Senado não significa que todos sejam culpados.

“A reforma que temos de fazer no Brasil, vamos fazê-la com o Parlamento”

**Renan Calheiros**, ao ser indagado sobre a urgência de uma reforma política.

“Golpista, dissimulada, velha e suicida”

**Arthur Virgílio**, ao condenar proposta do presidente Lula de uma assembléia constituinte exclusivamente para fazer a reforma política.

“A sociedade, a mídia e o próprio Congresso têm dado mais importância ao andamento das investigações de denúncias de corrupção, ao movimento das CPIs, que à discussão de questões polêmicas sobre o destino do Brasil em relação ao mundo globalizado”

**Roberto Saturnino**, ao defender a priorização, pelo Congresso, de questões que envolvem o futuro do país.



# Saída temporária em debate

O programa *Conexão Senado*, que vai ao ar nesta segunda-feira, às 12h, pela Rádio Senado, discute se os benefícios aos presidiários, previstos em lei, representam risco para a sociedade. A decisão da Justiça de São Paulo de liberar detentos contemplados com a saída temporária – o indulto – no Dia dos Pais abre polêmica entre a sociedade, autoridades e parlamentares. O benefício, estabelecido pela Lei de Execução Penal há 22 anos, é concedido a presos nos feriados de Páscoa, Natal e Finados, e na comemoração dos dias das Mães, dos Pais e das Crianças.

A lei prevê que, para ter direito à saída temporária, o preso precisa estar cumprindo pena em regime semi-aberto, possuir bom comportamento e ter cumprido um sexto da pena, se for primário, e um quarto, em caso de reincidência.

O Ministério Público de São

Paulo chegou a apelar aos juízes para que não autorizassem a saída temporária, um dos motivos que teriam levado integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) a deflagrar a terceira onda de ataques a São Paulo. A decisão do MP de recomendar o veto à saída temporária de parte dos presos foi baseada nas informações de que parte dos detentos beneficiados no Dia das Mães, em maio, teria participado dos ataques e levado ordem de líderes criminosos para fora das cadeias.

## Dominguinhos na TV Senado

A TV Senado destaca neste fim de semana o sanfoneiro pernambucano Dominginhos. Considerado herdeiro de Luiz Gonzaga, o músico se apresentou no Clube do Choro de Brasília em julho deste ano.

Com 40 discos gravados, Do-



EVELSON DE FREITAS/FOLHA IMAGEM

**Benefício concedido a presos em datas especiais, motivo de polêmica na última semana, é discutido no *Conexão Senado***

minguinhos é vencedor de várias edições do Prêmio Sharp e é um dos grandes responsáveis pela sobrevivência da música nordestina.

Nesta apresentação, um repertório variado em que mescla a

simplicidade do forró à harmonia sofisticada do jazz e da música erudita, além de releituras dos grandes mestres do choro, como Sivuca, Luiz Gonzaga, Jacob do Bandolim e Waldir Azevedo, entre outros.

## TV Senado

### SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3

- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2

- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

### DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração

## Como sintonizar

### TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

### TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsot

### ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

## Rádio Senado

### TODOS OS DIAS

- 6h - Matinas
- 7h55 - Cidadania Dia-a-dia
- 21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

### DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

- 7h - Crônicas Musicais
- 7h10 - Música e Informação
- 8h - Senado Notícias
- 8h30 - Plenário em Destaque
- 19h - Voz do Brasil
- 19h30 - Jornal do Senado
- 20h - Música e Informação
- 21h - Crônicas Musicais (reprise)
- 21h10 - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 24h - Música e Informação

### DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

- 14h - Plenário (ao vivo)

### DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

- 9h - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias

### SÁBADO E DOMINGO

- 7h - Música e Informação
- 9h30 - Música e Informação
- 21h - 180 Anos do Senado
- 22h - Música e Informação

### SEGUNDA-FEIRA

- 9h - Senado Resumo
- 10h - Senado Notícias (reprise)
- 11h - Senado Resumo (reprise)
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 23h - Brasil Regional (reprise)

### TERÇA-FEIRA

- 23h - Jazz & Tal (reprise)

### QUARTA-FEIRA

- 23h - Música do Brasil (reprise)

### QUINTA-FEIRA

- 23h - Escala Brasileira (reprise)

### SEXTA-FEIRA

- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Música e Informação
- 18h - Senado Resumo
- 20h - Reportagem Especial
- 23h - Improviso Jazz (reprise)

### SÁBADO

- 8h - Encontros com a Música Brasileira
- 9h - Prosa e Verso
- 10h - Especial (reprise)
- 11h - Música Erudita
- 12h - Senado Resumo (reprise)
- 13h40 - Música e Informação
- 15h - Autores e Livros
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 18h - Improviso Jazz
- 19h - Senado Resumo (reprise)
- 20h - Escala Brasileira

### DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros (reprise)
- 11h - Música do Brasil
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Prosa e Verso
- 17h - Reportagem Especial (reprise)
- 18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
- 20h - Jazz & Tal

## Como sintonizar

### FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

### ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

### INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player

### ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2



## RESENHA

## Cartógrafo português registra detalhes do novo mundo

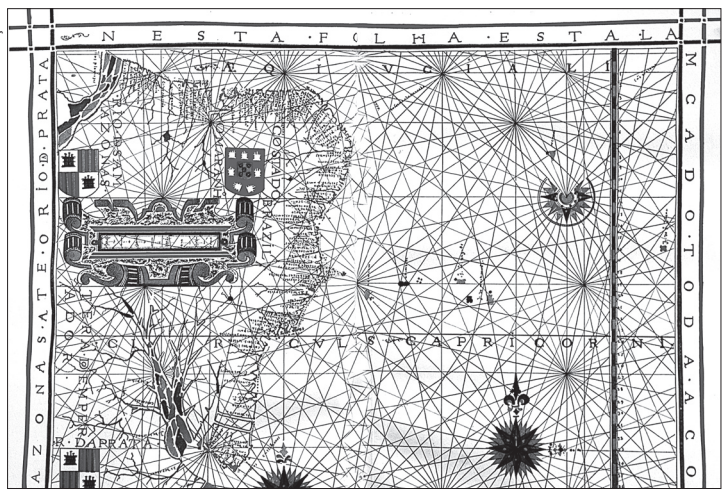
Talvez nunca se conheça com exatidão o autor deste antiqüíssimo atlas. Fernão Vaz Dourado se tornou personagem de especulações. Historiadores e biógrafos não conseguem defini-lo com precisão. Segundo o professor de Geografia João Carlos Garcia, existem poucos e inseguros dados sobre o cartógrafo Fernão Vaz Dourado.

O original traz escrito na folha de rosto: "Mapa mundo que fez Fernão Vaz Dourado, fronteiro nestas artes. Que trata de todos os reinos, terras, rios e ilhas e que há na redondeza da terra, com todas suas alturas e derrotas por esquadria, Goa, anno 1571".

Um dos tesouros da Torre do

Tombo, o original, mutilado e sem rosto, já esteve no Convento dos Monges da Cartuxa de Évora, em Portugal. No *Tratado de Geografia* de dom José Urcullu, Porto, 1839, pode ser encontrada uma descrição do mapa e da folha de rosto desaparecidos.

De quase certo, talvez apenas que os quatro primeiros atlas devam ter sido desenhados em Goa, por conta das informações náuticas se referirem ao subcontinente indiano. Um quinto atlas já teria sido elaborado em Lisboa. Resta-nos essa bela reprodução datada do século passado, iniciativa do nobre português João Antônio Mascarenhas Júdice, quarto visconde de Lagoa.



Mapa feito pelo navegador português Fernão Vaz Dourado revela a costa marítima do Brasil, do rio da Prata ao rio Amazonas

DOURADO, Fernão Vaz. *Atlas de Fernão Vaz Dourado. Reprodução fidelíssima do exemplar da Torre do Tombo, datada de Goa, 1571, publicado por iniciativa e sob a direção do Visconde de Lagoa.* Porto: Liv. Civilização, 1948. Atlas.

As resenhas e as imagens de obras raras, veiculadas quinzenalmente neste espaço, foram produzidas pela Biblioteca do Senado. Mais informações podem ser obtidas no site [www.senado.gov.br/sf/biblioteca](http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca), pelo e-mail [sbib@senado.gov.br](mailto:sbib@senado.gov.br) ou pelo telefone (61) 3311-3943.

## Aconteceu no Senado

## Primeiros anos da democracia brasileira

Cinco anos depois da Proclamação da República, ocorrida em 1889, o paulista Prudente José de Moraes e Barros entrava para a história brasileira como primeiro presidente eleito pelo voto direto. Desde então e até o pleito de 1930, foram dez os eleitos, quase sempre "cartas marcadas" da chamada "política dos governadores" ou "do café-com-leite", caracterizada pela alternância, no poder, de presidentes comprometidos com os interesses dos pecuaristas de Minas Gerais e dos barões do café, do estado de São Paulo.

A idéia começou com Campos Sales, ao articular a candidatura de

seu sucessor, Rodrigues Alves. Seguidamente vitoriosa, a estratégia foi derrotada em, pelo menos, dois momentos: em 1910, com a vitória do gaúcho Hermes da Fonseca, apoiado pelos mineiros contra o candidato de São Paulo, Rui Barbosa; e em 1930, quando a revolução depôs Washington Luís, não permitindo a posse do candidato eleito, Júlio Prestes.

Outro instante, no lançamento da candidatura de "conciliação" do então vice-presidente Wenceslau Braz, em

1913, geraria discussões no Plenário do Senado. De um lado, o paulista Alfredo Ellis, denunciando as manobras

### Em 1913, candidaturas à Presidência geram polêmica entre senadores

políticas contra possível candidatura de Rui Barbosa, afirmou: "Não era uma candidatura de conciliação a que nos propunham - mas, sim, uma de combate". De outro, o mineiro Bueno Brandão justificava seu apoio à candidatura de Wenceslau Braz: "A conciliação tem sempre lugar, desde que ela seja inspirada pelos altos interesses da pátria, pelos interesses da República".

## JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
 Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helivaldo Rios  
 Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
 Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior  
 Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.  
 Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
 1º Vice-Presidente: Tião Viana  
 2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros  
 1º Secretário: Efraim Morais  
 2º Secretário: João Alberto Souza  
 3º Secretário: Paulo Octávio  
 4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos  
 Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes e Rita Avellino  
 Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
 Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
 Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
 Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado  
 Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
 Chefe de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
 Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
 E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
 Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## LANÇAMENTO

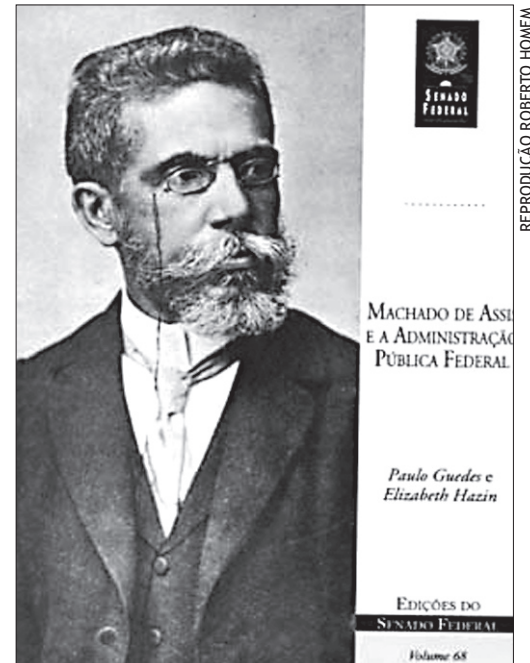
## O servidor público Machado de Assis

No dia 3 de janeiro de 1862, Joaquim Maria Machado de Assis foi admitido como censor de peças teatrais do Conservatório Dramático Brasileiro. Apesar de ser uma função não remunerada, esse foi o primeiro cargo público ocupado pelo escritor. Sua vida como servidor público é retratada na obra *Machado de Assis e a Administração Pública Federal*, que o Senado lançou na 2ª Feira do Livro de Mossoró, realizada na semana passada.

Escrito por Paulo Guedes e Elizabeth Hazin, o livro é resultado de uma comissão criada pelo governo federal, em julho de 2003, para elaborar estudo sobre a vida funcional de Machado de Assis. A Imprensa Nacional - local onde o escritor teve seu primeiro emprego remunerado, como aprendiz de tipógrafo - e o Senado Federal

foram dois dos órgãos integrantes da Comissão Machado de Assis.

- Ele definiu limites precisos entre a sua vida literária e o emprego público, mesmo quando ocupava a presidência da Academia Brasileira de Letras e o seu nome já era reconhecido como um dos grandes autores da literatura brasileira. Após o seu desligamento do jornalismo político e a sua entrada no serviço público, estabeleceu uma regra de conduta procurando ausentar-se do debate político direto e das injunções político-parti-



Estudo sobre a vida funcional de Machado de Assis é reunido em livro editado pelo Senado

dárias - escreveram os autores do livro.

## Livro sobre Dinarte Mariz é lançado em Mossoró

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, lançou na noite de sexta-feira, no estande da instituição na 2ª Feira do Livro de Mossoró, o livro *Dinarte Mariz - Vida e luta de um potiguar*. A obra busca resgatar a trajetória de Dinarte Mariz como homem público, desde sua primeira incursão na política potiguar como prefeito de Caicó, na década de 1930, até seus sucessivos mandatos como senador.

O livro inclui um perfil biográfico do político, discursos que

o parlamentar fez na tribuna do Senado, testemunhos de autoridades sobre Dinarte e o testamento do parlamentar. Entre as personalidades que opinaram sobre o ex-parlamentar estão o ex-presidente José Sarney

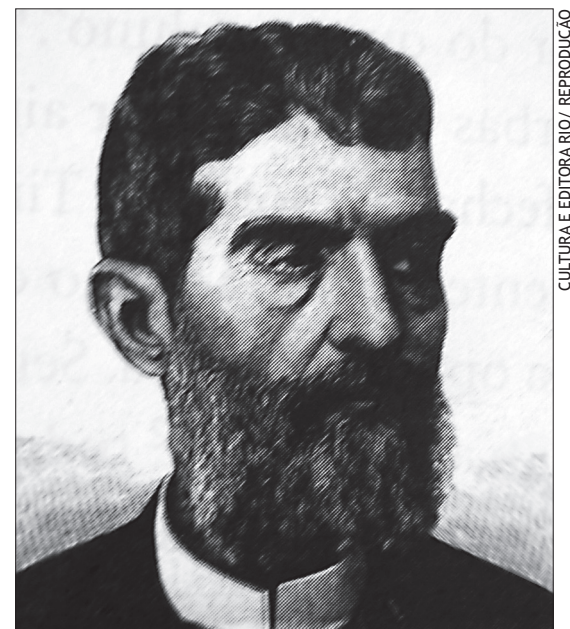
(PMDB-AP), os senadores Marco Maciel (PFL-PE), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), José Agripino (PFL-RN) e Ney Suassuna (PMDB-PB), além do ex-

ministro Jarbas Passarinho.

"A história política potiguar não pode ser entendida sem que se conheça a figura do ex-governador do Rio Grande do Norte, Dinarte Mariz, o homem que trouxe a universidade para seu estado. Dinarte

foi, com certeza, para a geração a qual pertence, uma das mais emblemáticas e singulares figuras de homem público", escreveu Agaciel Maia.

### Obra sobre a trajetória do político potiguar é autografada por Agaciel Maia



Prudente de Moraes, primeiro presidente eleito pelo voto direto, em 15 de novembro de 1894



# Atenção ao transporte e à segurança

Continuando a série sobre órgãos fiscalizadores, esta edição do *Especial Cidadania* informa onde fazer denúncias e reclamar de problemas de transporte e segurança.

## Órgãos fiscalizam transporte aéreo, terrestre e aquaviário

### Infra-estrutura

Denuncie as condições das rodovias, hidrovias e ferrovias federais e portos

### Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (Dnit)

SAN, Quadra 3 - Lote A, 4º andar, sala 44.341, Brasília (DF)  
CEP 70040-902  
0800 61-1535 e (61) 3315-4138/4128  
Denúncia - [www1.dnit.gov.br/aplweb/sis\\_ouvidor/default.asp](http://www1.dnit.gov.br/aplweb/sis_ouvidor/default.asp); [www.dnit.gov.br/ouvidoria.dnit@gov.br](http://www.dnit.gov.br/ouvidoria.dnit@gov.br)

A página [www.dnit.gov.br/menu/institucional/quem/unid\\_infra\\_terrestre](http://www.dnit.gov.br/menu/institucional/quem/unid_infra_terrestre) oferece o endereço das unidades do Dnit no país, que também recebem reclamações. Veja ainda os endereços das administrações das hidrovias na página [www.dnit.gov.br/menu/hidrovias\\_portos/administracao\\_hidro](http://www.dnit.gov.br/menu/hidrovias_portos/administracao_hidro).

Reclame da infra-estrutura ou do atendimento dos portos também na administração do porto com problemas (veja endereços na página [www1.dnit.gov.br/hidrovias/nosEstados.asp](http://www1.dnit.gov.br/hidrovias/nosEstados.asp)).

Para reclamações relativas aos aeroportos

### Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero)

SCS Quadra 4, Bloco A, 58 Brasília (DF) - CEP 70304-902  
0800 727-1234 e (61) 3312-3222  
[www.infraero.gov.br](http://www.infraero.gov.br)

Para problemas nas rodovias estaduais, dirija-se ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER), à Secretaria de Transportes ou a órgão similar do seu estado.

### Empresas

Reclame das empresas federais ou problemas relacionados de transporte terrestre

### Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

SBN Quadra 8, Bloco C - Ed. Fenícia - Brasília (DF)  
CEP 70040-080  
(61) 3410-1401/1404  
0800 61-0300  
[ouvidoria@antt.gov.br](mailto:ouvidoria@antt.gov.br)  
[www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br)

Reclame das empresas de transporte aquaviário

### Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)

SEPN - Quadra 514 - cj.S E - Ed. Antaq - Brasília (DF)  
CEP 70760-545  
(61) 3447-1035 - fax 3447-1040  
0800 644-5001  
[assc@antaq.gov.br](mailto:assc@antaq.gov.br)  
[www.antaq.gov.br](http://www.antaq.gov.br)

Denuncie irregularidades nas embarcações também junto à Marinha do Brasil, por meio da capitania do porto mais próxima (veja endereços em [www.mar.mil.br/menu\\_h/organizacoes/organizacoes.htm](http://www.mar.mil.br/menu_h/organizacoes/organizacoes.htm))

Para reclamar do atendimento das empresas aéreas

### Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)

Subdepartamento de Serviços Aéreos  
R. Santa Luzia, 651, 4º andar Castelo - Rio de Janeiro (RJ)  
CEP 20030-040 - (21) 3814-6719  
Reclamações via internet [www.anac.gov.br/sugestoes/reclamacoes.asp](http://www.anac.gov.br/sugestoes/reclamacoes.asp) e [www.anac.gov.br](http://www.anac.gov.br)

Procure também as seções de aviação civil dos aeroportos ou o Serviço Regional de Aviação Civil (Serac) mais próximo.

## Trânsito e transporte urbano

Para reclamar da infra-estrutura e condições do trânsito ou das empresas de transporte urbano, procure o órgão fiscalizador da sua cidade. As prefeituras em geral contam com uma secretaria ou uma empresa para fazer esse trabalho. Verifique também se existe um conselho municipal de transporte e dirija aos dois órgãos a sua reclamação. Para denunciar problemas na atuação de auto-escolas ou irregularidades no cadastramento de veículos, procure o Detran de sua cidade. Veja os endereços dos Detrans estaduais na página [www.denatran.gov.br/detran.htm](http://www.denatran.gov.br/detran.htm).

## Como reclamar de combustível adulterado

Para denunciar gasolina adulterada e problemas nos postos de combustíveis e revendedores de gás: Agência Nacional do Petróleo (ANP) [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br) - 0800 970-0267

Você pode denunciar esses problemas também às próprias distribuidoras (no caso de postos filiados):

**Esso** - 0800 701-5353  
[www.esso.com.br](http://www.esso.com.br)

**Ipiranga** - 0800 25-3805  
[www.ipiranga.com.br](http://www.ipiranga.com.br)

**Petrobras** - 0800 78-9001  
[www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br)

**Shell** - 0800 78-1616  
[www.shell.com.br](http://www.shell.com.br)

**Texaco** - 0800 21-2233  
[www.texaco.com.br](http://www.texaco.com.br)



O Dnit recebe denúncias e reclamações sobre problemas de infra-estrutura em rodovias e as fiscaliza

## Saiba a quem fazer denúncias sobre segurança

### No trânsito

Procure a ouvidoria ou o comando do batalhão ou do órgão da PM da sua cidade para reclamar de desrespeito às leis de trânsito ou de má conduta de policiais militares.

### Nas rodovias

Denuncie crimes nas rodovias federais ou problemas relacionados a serviços de escoltas, de remoção de veículos e de transporte, ou ainda à atuação dos policiais rodoviários federais à:

**Polícia Rodoviária Federal**  
Emergência: 191  
Denúncia: [www.dprf.gov.br/index.jsp?link=denunciacg](http://www.dprf.gov.br/index.jsp?link=denunciacg) e [www.dprf.gov.br](http://www.dprf.gov.br)

### Nas hidrovias e na costa

Denuncie crimes, ou má conduta de funcionário ou oficial da embarcação, no comando da respectiva capitania ou delegacia do porto (ver endereços na página [www.mar.mil.br/menu\\_h/organizacoes/organizacoes.htm](http://www.mar.mil.br/menu_h/organizacoes/organizacoes.htm)), ou na unidade da Polícia Federal mais próxima (veja o item unidades da página [www.dpf.gov.br](http://www.dpf.gov.br)).

### Denuncie

Tráfico ou produção ilegal de drogas, armas e munição, contrabando, lavagem de dinheiro, corrupção, problemas com empresas de segurança privada, e crimes que extrapolem as fronteiras do seu estado ou do país à unidade mais próxima (veja o item unidades da página [www.dpf.gov.br](http://www.dpf.gov.br)) ou à sede da Polícia Federal:

**Departamento de Polícia Federal**  
(61) 3311-8000 - [dcs@dpf.gov.br](mailto:dcs@dpf.gov.br)

**Crime na internet**  
[crime.internet@dpf.gov.br](mailto:crime.internet@dpf.gov.br)

**Tráfico de mulheres**  
(61) 3311-8705/8057  
[www.dpf.gov.br](http://www.dpf.gov.br)

**Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**  
Secretaria Nacional de Segurança Pública  
(61) 3322-8714/3429-3168  
Esplanada dos Ministérios - Bloco T - sala 506 - Brasília (DF)  
CEP 70064-900 - 0800 99-0500  
[www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)

**Tráfico de drogas**  
Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) - Palácio do Planalto Anexo II, Ala B, sala 267 - Brasília (DF)  
CEP 70150-901  
0800 510-0015 e 0800 61-4321  
[www.senad.gov.br](http://www.senad.gov.br)

**Crimes comuns na delegacia da Polícia Civil mais próxima, no número 190 ou às secretarias de Segurança Pública dos estados:**  
[www.mj.gov.br/senasp/Institucional/inst\\_ssppestados.htm](http://www.mj.gov.br/senasp/Institucional/inst_ssppestados.htm)

### Crime comum ou cometido por policiais no disque-denúncias do seu estado

**AC** - Secretaria de Justiça e Segurança Pública  
(68) 224-1183 e 223-7232  
[www.ac.gov.br](http://www.ac.gov.br)

**AL** - Célula de Justiça e Defesa Social  
(82) 336-9001  
Disque-denúncia: (82) 336-9004 e 0800 284-9390  
[www.agenciaalagoas.com.br](http://www.agenciaalagoas.com.br)

**AP** - Secretaria de Justiça e Segurança Pública  
(96) 212-8170 e 3212-8171  
[www.amapa.net.com.br](http://www.amapa.net.com.br)

**AM** - Secretaria de Segurança Pública  
(92) 613-1864  
Disque-denúncia do Ministério Público: 0800 92-0500  
[www.amazonas.am.gov.br](http://www.amazonas.am.gov.br)

**BA** - Secretaria de Segurança Pública  
(71) 3115-1914 e 3115-1913  
Disque-denúncia - (71) 3235-0000  
Ouvidoria Geral - (71) 3153-3870/3133-6958  
[www.bahia.ba.gov.br](http://www.bahia.ba.gov.br)

**CE** - Secretaria de Segurança Pública e de Defesa Social  
(85) 433-8100 e 443-8103  
Disque-denúncia - 185  
[www.ceara.gov.br](http://www.ceara.gov.br)

**DF** - Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social  
(61) 3901-5316  
Disque-denúncia - (61) 3901-5353  
[www.districtofederal.df.gov.br](http://www.districtofederal.df.gov.br)

**ES** - Secretaria de Estado da Segurança Pública  
(27) 3137-9982  
Disque-denúncia - 181  
[www.es.gov.br](http://www.es.gov.br)

**GO** - Secretaria de Segurança Pública e Justiça  
(62) 201-1000  
Disque-denúncia - 181/197  
[www.sspg.gov.br](http://www.sspg.gov.br)

**MA** - Gerência de Segurança Pública  
(98) 243-1719  
Disque-denúncia: 0800 90-0147  
[www.ma.gov.br](http://www.ma.gov.br)

**MT** - Secretaria de Justiça de Segurança Pública  
(65) 3613-5581/3613-5500  
Disque-denúncia - 0800 65-3939  
[www.seguranca.mt.gov.br](http://www.seguranca.mt.gov.br)

**MS** - Secretaria de Justiça e Cidadania e de Segurança Pública  
(67) 318-6700  
Disque-denúncia - 181  
[www.ms.gov.br](http://www.ms.gov.br)

**MG** - Superintendência Geral de Polícia Civil  
(31) 3236-3191/3195  
Disque-denúncia - 0800 30-5000  
[www.mg.gov.br](http://www.mg.gov.br)

**PA** - Secretaria de Segurança Pública

(91) 3215-2200  
Denúncia de abuso de policiais - (91) 215-2240  
Disque-denúncia - 190  
0800 280-7170 - [www.pa.gov.br](http://www.pa.gov.br)

**PB** - Secretaria de Segurança Pública  
(83) 238-5583 e 213-9003  
Disque-denúncia - 147 e (83) 213-9071  
[www.portal.paraiba.pb.gov.br](http://www.portal.paraiba.pb.gov.br)

**PR** - Secretaria da Segurança Pública  
(41) 352-2125 e 313-1900  
Disque-denúncia - 181/0800 41-0090 - [www.pr.gov.br](http://www.pr.gov.br)

**PE** - Secretaria de Defesa Social  
(81) 3303-5111 e 3303-5118  
Disque-denúncia - (81) 3421-9595  
Disque-denúncia Agreste - (81) 3719-4545 - [www.pe.gov.br](http://www.pe.gov.br)

**PI** - Secretaria de Segurança Pública  
(86) 3216-5217/3216-5218  
Disque-denúncia - 0800 280-5013  
[www.pi.gov.br](http://www.pi.gov.br)

**RJ** - Secretaria de Segurança Pública  
(21) 3399-1000 ou 3399-1001  
Disque-denúncia - (21) 2253-1177  
[www.governo.rj.gov.br](http://www.governo.rj.gov.br)

**RN** - Secretaria da Defesa Social  
(84) 3232-1082  
Disque-denúncia - 0800 84-2999  
[www.rn.gov.br](http://www.rn.gov.br)

**RS** - Secretaria da Justiça e da Segurança  
(51) 3288-1900 e  
Ouvidoria - 0800 99-9801  
Disque-denúncia - 181  
[www.estado.rs.gov.br](http://www.estado.rs.gov.br)

**RO** - Secretaria da Segurança, Defesa e Cidadania  
(69) 3216-8918/3216-8919  
Disque-denúncia - 0800 647-1016  
[www.rondonia.ro.gov.br](http://www.rondonia.ro.gov.br)

**RR** - Secretaria de Segurança Pública  
(95) 3624-1220/3623-2951  
Disque-denúncia - 0800 95-1000  
[www.rr.gov.br](http://www.rr.gov.br)

**SC** - Secretaria da Segurança Pública e Direito do Cidadão  
(48) 3251-1000  
Disque-denúncia - 181  
[www.ssp.sc.gov.br](http://www.ssp.sc.gov.br)

**SP** - Secretaria de Segurança Pública  
(11) 3291-6500 e 3291-6830  
Disque-denúncia - 181  
[www.saopaulo.sp.gov.br](http://www.saopaulo.sp.gov.br)

**SE** - Secretaria da Segurança Pública  
(79) 216-5404 e 216-5405  
Disque-denúncia - 0800 79-0147  
[www.sspgab@seguranca.se.gov.br](http://www.sspgab@seguranca.se.gov.br)

**TO** - Secretaria da Segurança Pública  
(63) 218-1801 e 218-1809  
Disque-denúncia - 0800 63-1190  
[www.to.gov.br](http://www.to.gov.br)